

CONTRATO Nº 021 /CEGÁS/2018
PROCESSO SCDoc Nº 3408/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS (O) A
EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS situada na Avenida Washington Soares nº 6475, Bairro José de Alencar, Cep.: 60.830-005, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº.628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, com sede no(a) Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini nº 1376, Bairro Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP: 04.571-936, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, Inscrição Estadual nº 108.383.949.112, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelos seus Procuradores **Carlota Braga de Assis Lima**, brasileira, casada, Administradora, portadora do documento de identidade nº 630.486 expedido pelo SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 613.174.201-44, e **Wellington Xavier da Costa**, brasileiro, solteiro, Administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 3516308, expedido pela SSP/GO, e inscrito no CPF/MF sob o nº 887.321.001-59, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini nº 1376, 16º andar, Bairro Cidade Monções, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o inciso II, art. 29 da Lei nº 13.303/2016, os preceitos do direito privado, e na Proposta Comercial da Contratada, necessários ao cumprimento do seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia móvel com área de cobertura em todo o estado de Ceará, com as facilidades de roaming nacional e internacional automáticos, no sistema pós-pago, com fornecimento de *SIM Cards*, visando o atendimento às necessidades da CEGÁS, de acordo com as especificações abaixo:

2.1.1. Serviços de Telefonia Móvel – SMP, com fornecimento de *SIM Cards*, facilidades de roaming nacional e internacional, acesso à Internet, tecnologia 4G ou superior, com no mínimo 10GB de dados por cada acesso de linha para uso dentro do ciclo mensal com tarifação fixa para roaming nacional e demais facilidades constantes deste Memorial.

2.1.2. O serviço de roaming deverá ter abrangência nacional automática, contudo o internacional somente mediante de solicitação do Gestor do Contrato à Central de Relacionamento da Contratada.



2.1.3. Após o consumo de dados definido para cada linha (mínimo de 10GB), o acesso terá sua velocidade reduzida para até 100 kps até o próximo ciclo de cobrança.

2.1.4. Serviços de Telefonia Móvel – SMP, com facilidades de roaming nacional e demais facilidades constantes deste Termo;

2.1.5. Serviços de transmissão de dados (tecnologia 4G), com fornecimento de *SIM Cards* para acesso à Internet móvel banda 4GB de dados;

2.1.6. O serviço de transmissão de dados contratado deverá contemplar a possibilidade de se utilizar acesso em todo território nacional, sem custos adicionais para a contratante, de forma automática, sem a necessidade de solicitação ou configuração adicional.

2.1.7. O serviço será composto pelos serviços individuais cobrados por acesso móvel ou por acesso para interface do celular, como assinatura básica por tipo de acesso, serviço de gestão online, serviço de tarifa zero intragrupo ilimitado entre os acessos móveis fornecidos pela CONTRATADA, serviço de VC1 para qualquer operadora limitado a 2000 minutos mensais e os serviços compartilhados, distribuídos a todos os acessos habilitados no contrato, sendo cobrados separadamente conforme o uso.

2.1.8. A tabela citada no subitem 3.3., deste termo, apresenta uma estimativa do quantitativo de serviços, baseado no consumo histórico e previsão de novas solicitações durante a vigência do contrato. Trata-se de quantidades meramente estimativas e não se constituem em obrigação de contratar, que servirão tão somente de subsídio às empresas na formulação das propostas e definição do valor global estimado do contrato.

2.2. DEFINIÇÕES DE TERMOS

2.2.1. ADICIONAL POR CHAMADA (AD): Valor fixo cobrado pela Prestadora de Serviço Móvel Pessoal (SMP), por chamada recebida ou originada, quando o usuário estiver localizado fora de sua área de concessão da operadora;

2.2.2. Adicional por chamada quando a chamada for recebida ou originada dentro da rede da Operadora contratada, ou seja, com Código Nacional iniciado por 8;

2.2.3. Adicional por chamada quando a chamada for recebida ou originada fora da rede da Operadora contratada, ou seja, exceto com Código Nacional iniciado por 8;

2.2.4. ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com função de órgão regulador das telecomunicações e sediada no Distrito Federal;

2.2.5. ÁREA DE MOBILIDADE – Área geográfica definida no Plano de Serviço, cujos limites não podem ser inferiores ao de uma área de Registro, que serve de referência para cobrança do Adicional por Chamada (AD);

2.2.6. ÁREA DE REGISTRO – Área geográfica contínua, definida pela ANATEL, onde é prestado o Serviço Móvel Pessoal (SMP), tendo o mesmo limite geográfico de uma Área de Tarifação, onde a Estação Móvel do SMP é registrada;

2.2.7. ÁREA DE TARIFAÇÃO (AT) – Área específica, geograficamente contínua, formada por um conjunto de municípios, agrupados segundo critérios sócio geoeconômicos e contidos em uma mesma Unidade da Federação, utilizada como base para a definição de sistemas de tarifação;



2.2.8. ASSINATURA DE ACESSO – Valor fixo mensal pelo usuário por acesso ao Serviço Móvel Pessoal (SMP);

2.2.9. ASSINATURA COM ACESSO A INTERNET – Valor fixo mensal devido pelo usuário por acesso ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e acesso internet 4G ou superior;

2.2.10. CÓDIGO DE ACESSO – Conjunto de caracteres numéricos estabelecidos em Plano de Numeração, que possibilita a identificação do usuário;

2.2.11. DESLOCAMENTO 1 (DSL1) – Tarifa aplicada em chamadas recebidas quando a Estação Móvel se encontra fora de sua área de Registro, mas dentro da sua área de concessão, ou seja, com Código Nacional iniciado por 8;

2.2.12. DESLOCAMENTO 2 (DSL2) – Tarifa aplicada em chamadas recebidas quando a Estação Móvel se encontra fora de sua área de Registro e fora da sua área de concessão, ou seja, exceto com Código Nacional iniciado por 8;

2.2.13. ESTAÇÃO MÓVEL – Estação de telecomunicações de Serviço Móvel Pessoal (SMP);

2.2.14. PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS – Plano de Serviço de oferta obrigatória, perene e não discriminatória a todos os usuários e/ou interessados no Serviço Móvel Pessoal (SMP);

2.2.15. PRESTADORA DO SMP – Entidade autorizada para prestar o Serviço Móvel Pessoal (SMP);

2.2.16. ROAMING – Facilidade que permite a uma Estação Móvel visitante acessar ou ser acessada pelo Serviço DE Telefonia Móvel, em um sistema visitado;

2.2.17. ROAMING INTERNACIONAL – Sistema que permite ao usuário habilitado receber e efetuar ligações no exterior;

2.2.18. SERVIÇO DE GESTÃO E CONTROLE – Serviço disponibilizado remotamente para gestor do(s) acesso(s) contratado(s) verificar os serviços utilizados, controlar gastos e programar as condições de uso;

2.2.19. SERVIÇO DE MENSAGENS DE TEXTO (SMS) – Serviço que permite o recebimento e o envio de mensagens de texto a partir da Estação Móvel;

2.2.20. SERVIÇO DE MENSAGEM MULTIMÍDIA (MMS) – Serviço que permite o recebimento e envio de mensagens com conteúdo multimídia, como fotos, vídeos e sons a partir da Estação Móvel;

2.2.21. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) – Serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações, caracterizado por possibilitar a comunicação dentro de uma mesma Área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo;

2.2.22. VALOR DE COMUNICAÇÃO (VC) – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de comunicação;

2.2.23. VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC1) – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, pela realização de chamada destinada a Código de Acesso do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) associado à Área de Registro de origem da chamada (085);

2.2.24. VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC1) CAIXA POSTAL – Valor de chamadas originadas para o serviço de Caixa Postal;

2.2.25. VC1 Móvel/Fixo – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada de Estação Móvel para assinante do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), originada e terminada na Área de Mobilidade do assinante do Serviço Móvel Pessoal (SMP);

2.2.26. VC1 Móvel/Fixo *Roaming* – Valor devido pelo Usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 Móvel/Fixo efetuada fora da área de registro 085 para a mesma localidade em que a pessoa se encontra;

2.2.27. VC1 Móvel/Móvel – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamadas realizadas entre usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentro da área de mobilidade dos assinantes;

2.2.28. VC1 Móvel/Móvel em *Roaming* – Valor devido pelo usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 Móvel/Móvel efetuada fora da área de registro 85 para a mesma localidade em que a pessoa se encontra;

2.2.29. VC1 Móvel/Móvel Intrarrede (Mesma Operadora) – Valor devido pelo Usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 Móvel/Móvel entre assinantes de mesma Operadora dentro da área de registro;

2.2.30. VC1 Móvel/Móvel (Diferente Operadora) – Valor devido pelo Usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 Móvel/Móvel entre assinantes de diferentes Operadoras dentro da área de registro;

2.2.31. VC1 M/M (I) – Valor devido pelo Usuário, por unidade de tempo, para chamada VC1 M/M entre assinantes de mesma Operadora, quando dois acessos estão habilitados sob o mesmo CNPJ e dentro da mesma região, agrupados em um mesmo contrato (Intragrupo);

2.2.32. VALOR DE COMUNICAÇÃO 2 (VC2) – Valor de comunicação de chamada de longa distância nacional (LDN) entre áreas de registro de origem ou visitada (em *roaming*) distintas, mas identificadas por código nacional com primeiros dígitos idênticos, ou seja, ligações para PE/PB/RN/CE/PI;

2.2.33. VALOR DE COMUNICAÇÃO 3 (VC3) – Valor de comunicação de chamada de longa distância nacional (LDN) entre áreas de registro de origem ou visitada (em *roaming*) distintas e identificadas por código nacional com primeiros dígitos também distintos, ou seja, exceto ligações para PE/PB/RN/CE/PI;

2.2.34. USUÁRIO – Pessoa natural ou jurídica que se utiliza do Serviço Móvel Pessoal (SMP), independentemente de contrato de prestação de serviço ou inscrição junto à operadora;

2.2.35. USUÁRIO VISITANTE – Usuário que recebe ou origina chamada fora de sua Área de Registro.

3.3. DA QUANTIDADE DO SERVIÇO

ITEM	SERVIÇO MÓVEL PESSOAL SMP		
	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. MENSAL ESTIMADA
1	Assinatura do acesso	Assinatura	3
2	Assinatura Serviço IntraGrupo	Assinatura	3
3	Assinatura Serviço Gestão	Assinatura	3

4	VC1 – VC1 para Mesma Operadora / VC1 para Operadora Diferente VC1 M/F – móvel / fixo	Minuto	2000
5	VC2 – para Mesma Operadora	Minuto	500
6	VC2 - para Operadora Diferente	Minuto	600
7	VC2 - M/F – móvel / fixo	Minuto	240
8	VC3 – VC1 para Mesma Operadora	Minuto	900
9	VC3 para Operadora Diferente	Minuto	900
10	VC3 M/F – móvel / fixo	Minuto	600
11	Pacote de Dados Para Utilização Smartphone com franquia de 10GB	Assinatura	3
12	SMS	Serviço	150
PRAZO DE EXECUÇÃO (24 MESES)			

MODELO	QT	TIPO
SmartPhone Apple Iphone 7 128GB - 4G - PV	3	COMODATO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

3.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 43.408,80** (quarenta e três mil quatrocentos e oito reais e oitenta centavos), pagos com recursos próprios oriundos da CEGÁS.

3.2. Os preços poderão sofrer reajustes baseado nos índices da Anatel.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da CEGÁS

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 30 (trinta) meses contado a partir de sua assinatura, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

5.1.1. A publicação resumida do instrumento de contrato dar-se-á na forma do § 2º, art. 51, da Lei Federal nº 13.303/2016.

5.2. O prazo de execução do objeto será de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, emitida após publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

5.3. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

5.4. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da contratada, a CEGÁS deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

5.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme § 7º, art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos serviços será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente prestados, juntamente com a documentação dispostas no subitem 6.4.1., no protocolo da Cegás, para fins de conferência e o atesto do gestor e fiscal do contrato.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, na **primeira quinta feira após 15 dias** do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

6.7. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da contratada, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Sem garantia contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

8.1. Quanto à entrega:

8.1.1. Os chips com os devidos aparelhos deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil, no(a) av. Washington Soares, nº 6475, no(s) horário(s) e dia(s) da semana de 8:00 às 17:00hs de segunda à sexta.

8.1.2. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos endereços, prazos e horários previstos nos subitens seguintes:

8.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

8.2. Quanto ao recebimento:

8.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

8.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter-se durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do objeto contratual.

9.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste Ordem, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução do objeto contratual.

9.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6. Substituir ou reparar os aparelhos em comodato quando por defeito de garantia devidamente comprovado pela assistência técnica, a reposição deverá ser feita pelo fornecedor do equipamento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data da comunicação a Telefônica.

9.7. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9.9. A CONTRATADA será responsável pela logística da entrega dos SIM Cards, ficando a CEGÁS isenta de qualquer custo ou responsabilidade.

9.10. Caso a CEGÁS tenha que efetuar pagamento de diferença de alíquota de ICMS, este valor será deduzido da fatura da CONTRATADA subsequente ao envio do(s) SIM Card(s).

9.11. Caberá à CONTRATADA, consoante às disposições da legislação pertinente assegurar à CEGÁS a portabilidade dos números das linhas atualmente utilizadas sem qualquer ônus, bem como, o fiel cumprimento do contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL e demais disposições regulamentares atinentes aos serviços ora pleiteados;

9.12. Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

9.13. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, a exemplo dos indicadores de qualidade SMP1 a SMP14 definidos na Resolução 575/2011;

9.14. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta, eficiente e eficaz;

9.15. Responsabilizar-se pelos danos resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, quando da execução dos serviços e/ou reparos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos obrigando-se, assim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais vindas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, afetas ao cumprimento do Contrato;

9.16. Apresentar, mensalmente, fatura consolidada, em papel e meio eletrônico, para pagamento dos serviços efetivamente prestados, informando todos os custos, devendo ser emitida fatura com detalhamento individual de cada linha, em meio eletrônico todas as despesas em demonstrativo único onde conste, pelo menos, as seguintes informações:

9.16.1. As linhas a serem faturadas serão as dos SIM Card ativados;

9.16.2. O tráfego, em megabytes, utilizado para cada linha;

9.16.3. O valor cobrado de cada linha e o total a ser pago no mês.

9.17. Acatar as orientações do CEGÁS, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

9.18. Prestar esclarecimentos ao CEGÁS sobre eventuais atos ou fatos noticiados que o envolvam independentemente de prévia solicitação;

9.19. Comunicar ao CEGÁS, formalmente, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.20. Atender às solicitações emanadas de representante credenciado do CEGÁS, de imediato, corrigindo, no prazo máximo de 08 (oito) horas, após sua notificação, quaisquer falhas e/ou ocorrências de interrupção da prestação dos serviços;

9.21. Providenciar os serviços referentes à troca de serial, bloqueio permuta de número e portabilidade, sem qualquer ônus extra para a CONTRATADA somente pelo gestor e/ou fiscal do contrato da CEGÁS;

9.22. Manter em funcionamento contínuo todos os acessos SMP. O bloqueio dos terminais, somente poderá ser executado, mediante prévia solicitação de representante credenciado do CEGÁS;

9.23. Possuir sistema de Gestão em tempo real para gerenciar os *SIM Cards*, acompanhar o consumo, definir o perfil de utilização de cada acesso contratado, controle total de acesso, possibilidade de criação de perfis de uso individuais ou compartilhados, entre outros.

9.24. Emitir a acessibilidade ao sistema de gestão através de qualquer dispositivo e local que disponibilizar o acesso à internet.

9.25. Disponibilizar suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, através de contato telefônico e/ou correio eletrônico.

9.9. CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de autorização de serviços ou outro instrumento hábil.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 13.303/2016.

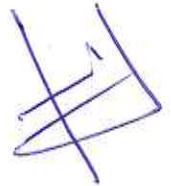
10.3 Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Atestar as Notas fiscais/Faturas para efeito de pagamento.

10.6. Efetuar os pagamentos na forma e no prazo estabelecido neste termo contratual.

10.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.



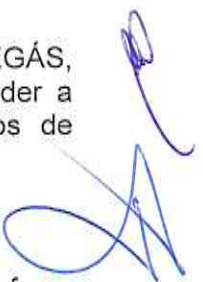
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gerente de Administração e Suprimento, como Gerente do contrato e pelo Coordenador de Suprimentos, como fiscal do contrato, especialmente designados para este fim pela CONTRATANTE.

11.2. A CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização na execução dos serviços objeto do presente do contrato, sem que tal fato exima a contratada das obrigações assumidas. Assim sendo, atenderá prontamente às reclamações procedidas para fiel observância das exigências contratuais.

11.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CEGÁS não exime a contratada da total responsabilidade pelos fornecimentos.

11.4. No caso da inobservância, pela contratada, das exigências da fiscalização, terá a CEGÁS, além do direito de aplicação das sanções previstas no contrato, também o de suspender a execução dos serviços contratados e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança.



CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades: +



I – Advertência: Repreensão por escrito imposta a contratada por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 12.4 deste termo.

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

12.2. As sanções previstas nos incisos I e III do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

12.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento do contrato celebrado.

12.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nota de empenho, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;

12.5. A(s) multa(s) a que porventura a CONTRATADA der causa será(ão) descontada(s) da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

12.5.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

12.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

12.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

12.8. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar são sanções administrativas que obstem a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Ceará, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

12.8.1. por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a contratada permanecer inadimplente;

12.8.2. por até 12 (doze) meses, quando a contratada ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

12.8.3. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a contratada:

12.8.3.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados na contratação, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

12.8.3.2. praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

12.5.3.3. for multada, e não efetuar o pagamento.

12.9. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pela CONTRATADA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

13.2. Considera-se em mora a CONTRATADA, pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

13.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- VIII – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- IX – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal da CONTRATADA;
- X – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

- XI – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XII – A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial deste contrato além do limite permitido no §1º do art. 81 da Lei 13.303/16;
- XIII – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XIV – A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- XV – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XVI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XVI do item anterior;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. Entre outros eventos identificados no caso concreto, a CONTRATADA suportará os efeitos econômicos e financeiros dos seguintes eventos:

- I - Atraso ou lentidão na execução dos serviços contratados;
- II - Greve dos empregados da CONTRATADA;
- III - Dano, extravio ou outro incidente durante o transporte do equipamento/material.

14.1.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no item 14.1, a CONTRATADA no prazo de 02 (dois) dias úteis, deverá informar a CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência, bem como um relatório dos fatos, anexando as evidências;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;



c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

14.1.2. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

14.1.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no presente contrato.

14.1.4. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no item 14.1 que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

14.1.5. Na ocorrência da hipótese prevista no inciso III do item 14.1, todas as despesas de reposição ou de reenvio correrão por conta da CONTRATADA e o equipamento/material só será considerado entregue, quando recebido na sede da CEGÁS.

14.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

14.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

14.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

14.2.3. O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente, quando comprovado que todas as medidas para sanar os danos foram tomadas, e, mesmo assim a manutenção do CONTRATO se torne impossível ou inviável nas condições existentes/ou excessivamente onerosa.

14.2.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

14.2.5. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardatárias ou impeditivas da execução do CONTRATO, não previstos nesta Matriz, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa;



E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 29 de MAIO de 2018.



HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA
Procuradora
Telefônica Brasil S/A



WELLINGTON XAVIER DA COSTA
Procurador
Telefônica Brasil S/A

Testemunhas:

